v7.n10.2026

REVISTA CIENTÍFICA - RECIMA21 ISSN 2675-6218

FORMAÇÃO DE JOVENS EM CONTEXTOS PERIFÉRICOS: EDUCAÇÃO EMANCIPATÓRIA, ECONOMIA SOLIDÁRIA E DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL

YOUTH EDUCATION IN PERIPHERAL CONTEXTS: EMANCIPATORY EDUCATION, SOLIDARITY ECONOMY, AND TERRITORIAL DEVELOPMENT

FORMACIÓN DE JÓVENES EN CONTEXTOS PERIFÉRICOS: EDUCACIÓN EMANCIPADORA, ECONOMÍA SOLIDARIA Y DESARROLLO TERRITORIAL

Danilo de Jesus Queiroz[1], Reis Friede[2], André Luiz Bernardo Storino[3], Adalgiza Mafra Moreno[4], Kátia Eliane Santos Avelar[5]

e7109410
https://doi.org/10.47820/recima21.v7i10.9410

PUBLICADO: 10/2026

RESUMO

A juventude em territórios periféricos enfrenta desemprego, informalidade e desigualdades que limitam sua inserção produtiva e participação social. Objetivo: Analisar como processos formativos articulados à educação emancipatória, à liderança comunitária, ao empreendedorismo e à economia solidária podem contribuir para o protagonismo juvenil e o desenvolvimento territorial. Realizou-se uma revisão narrativa da literatura, apoiada em levantamento bibliográfico exploratório na base *SciELO*, abrangendo publicações de 2018 a 2026. Utilizaram-se os descritores “Educação Emancipatória”, “Juventude”, “Empreendedorismo” e “Economia Solidária”, isoladamente e em combinações, em diálogo com os referenciais discutidos no estudo. A busca evidenciou limitada articulação entre os eixos investigados na produção localizada. A análise sugere que a formação técnica associada à educação crítica, à participação comunitária e às redes de cooperação pode favorecer a autonomia, a autogestão e a formação de lideranças juvenis. Em contraste, o empreendedorismo individual por necessidade, quando desvinculado de apoio institucional e organização coletiva, pode reproduzir a precariedade econômica. Propõe-se uma estrutura processual de formação que integra diagnóstico territorial, desenvolvimento de competências e projeto comunitário aplicado. Conclui-se que a formação juvenil pode ampliar seu potencial transformador quando ultrapassa a preparação exclusiva para o mercado de trabalho e se articula a políticas públicas, redes comunitárias e iniciativas solidárias. São necessárias pesquisas empíricas e longitudinais para avaliar os efeitos dessas estratégias nos territórios.

PALAVRAS-CHAVE: Juventude. Economia solidária. Educação emancipatória. Protagonismo juvenil. Desenvolvimento territorial.

ABSTRACT

Young people in outlying areas face unemployment, informal work, and inequalities that limit their integration into the workforce and their social participation. Objective: To analyze how training

[1] Mestrando pelo Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento e Periferias, Universidade Santa Úrsula, USU, Rio de Janeiro, RJ.
[2] Doutor em Direito Público. Pesquisador do Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento e Periferias da Universidade Santa Úrsula (USU). Pesquisador da Universidade Iguaçu.
[3] Doutor em Educação; Pós-doutoramento na UNISUAM; Pesquisador da Universidade Iguaçu.
[4] Doutora em Ciências Cardiovasculares. Coordenadora de Pesquisa da Universidade Iguaçu. Pesquisadora do Programa de Pós-Graduação em Vigilância em Saúde da Universidade Iguaçu, Nova Iguaçu, RJ. Pesquisadora da Universidade Salgado de Oliveira, UNIVERSO, Niterói, RJ.
[5] Doutora em Ciências. Pesquisadora do Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Local no Centro Universitário Augusto Motta; do Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento e Periferias da Universidade Santa Úrsula. Professora Titular da Universidade Iguaçu, Nova Iguaçu, RJ. Pesquisadora em Desenvolvimento Tecnológico e Extensão Inovadora do CNPq. Cientista do Nosso Estado da FAPERJ.

Este artigo é publicado em acesso aberto (Open Access) sob a licença Creative Commons Atribuição 4.0 Internacional (CC-BY), que permite uso, distribuição e reprodução irrestritos em qualquer meio, desde que o autor original e a fonte sejam creditados.

programs linked to emancipatory education, community leadership, entrepreneurship, and the solidarity economy can contribute to youth empowerment and regional development. A narrative literature review was conducted, based on an exploratory bibliographic survey of the SciELO database, covering publications from 2018 to 2026. The search terms "Emancipatory Education," "Youth," "Entrepreneurship," and "Solidarity Economy" were used, both individually and in combinations, in relation to the conceptual frameworks discussed in the study. The search revealed limited integration among the research themes examined in the retrieved literature. The analysis suggests that technical training combined with critical education, community participation, and cooperative networks can foster autonomy, self-management, and the development of youth leadership. In contrast, individual entrepreneurship driven by necessity—when disconnected from institutional support and collective organization—can perpetuate economic precariousness. We propose a process-oriented training framework that integrates territorial assessment, skills development, and applied community projects. We conclude that youth training can expand its transformative potential when it goes beyond exclusive preparation for the labor market and is linked to public policies, community networks, and solidarity initiatives. Empirical and longitudinal research is needed to evaluate the effects of these strategies in local communities.

KEYWORDS: *Youth. Solidarity economy. Emancipatory education. Youth agency. Territorial development.*

RESUMEN

Los jóvenes de las zonas periféricas enfrentan desempleo, trabajo informal y desigualdades que limitan su inserción productiva y su participación social. Objetivo: Analizar cómo los procesos formativos vinculados a la educación emancipadora, el liderazgo comunitario, el emprendimiento y la economía solidaria pueden contribuir al protagonismo juvenil y al desarrollo territorial. Se llevó a cabo una revisión narrativa de la literatura, basada en una búsqueda bibliográfica exploratoria en la base SciELO, que abarcó publicaciones desde 2018 hasta 2026. Se utilizaron los descriptores «Educación emancipatoria», «Juventud», «Emprendimiento» y «Economía solidaria», tanto de manera aislada como en combinaciones, en diálogo con los marcos de referencia discutidos en el estudio. La búsqueda puso de manifiesto una articulación limitada entre los ejes investigados en la producción recuperada. El análisis sugiere que la formación técnica asociada a la educación crítica, la participación comunitaria y las redes de cooperación puede favorecer la autonomía, la autogestión y la formación de liderazgos juveniles. Por el contrario, el emprendimiento individual por necesidad, cuando se desvincula del apoyo institucional y la organización colectiva, puede reproducir la precariedad económica. Se propone una estructura procesual de formación que integre el diagnóstico territorial, el desarrollo de competencias y un proyecto comunitario aplicado. Se concluye que la formación juvenil puede ampliar su potencial transformador cuando va más allá de la preparación exclusiva para el mercado laboral y se articula con políticas públicas, redes comunitarias e iniciativas solidarias. Se necesitan investigaciones empíricas y longitudinales para evaluar los efectos de estas estrategias en los territorios.

PALABRAS CLAVE: *Juventud. Economía solidaria. Educación emancipadora. Protagonismo juvenil. Desarrollo territorial.*

1. INTRODUÇÃO

A juventude ocupa posição estratégica nos processos contemporâneos de transformação social, especialmente em territórios marcados por desigualdades estruturais e

Este artigo é publicado em acesso aberto (Open Access) sob a licença Creative Commons Atribuição 4.0 Internacional (CC-BY), que permite uso, distribuição e reprodução irrestritos em qualquer meio, desde que o autor original e a fonte sejam creditados.

vulnerabilidades socioeconômicas. Embora tenha ocorrido aumento da escolarização juvenil, a inserção qualificada no mercado de trabalho e a participação em instâncias decisórias permanecem limitadas, sobretudo nas periferias urbanas brasileiras. Esse cenário evidencia a necessidade de compreender como processos formativos podem fortalecer o protagonismo juvenil e ampliar sua intervenção social.

Essa realidade pode ser analisada à luz da Agenda 2030 das Nações Unidas, particularmente dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável 8 (Trabalho Decente e Crescimento Econômico) e 10 (Redução das Desigualdades), relacionados à ampliação de oportunidades produtivas e ao enfrentamento de disparidades no acesso à renda, educação e participação social. Nos territórios periféricos, desemprego juvenil, informalidade e baixa inserção qualificada evidenciam a distância entre compromissos globais e realidade vivenciada pelos jovens.

Apesar do crescimento de iniciativas de formação e voluntariado juvenil, persistem lacunas na articulação entre formação crítica, liderança comunitária e desenvolvimento territorial. Organizações da sociedade civil promovem práticas de educação não formal e inovação social; contudo, há menor articulação entre esses eixos para compreender processos formativos juvenis em territórios periféricos como fenômeno simultaneamente educacional, econômico, político e territorial. Nesse contexto, economia solidária e cooperativismo dialogam com os ODS 12 (Consumo e Produção Responsáveis) e 17 (Parcerias e Meios de Implementação), ao incentivarem práticas produtivas sustentáveis e redes de colaboração (ONU, 2015; PNUD, [s. d.]). Segundo Caliman *et al.* (2020), a participação juvenil em processos educativos formais e não formais pode fortalecer capacidades individuais e a coesão social. Embora existam estudos sobre juventude, empreendedorismo, educação crítica e economia solidária separadamente, ainda é pouco explorada a articulação desses eixos para compreender processos de formação juvenil em territórios periféricos.

Assim, esta revisão narrativa teve como objetivo analisar, na literatura científica examinada, como processos formativos articulados à liderança, à organização comunitária, ao empreendedorismo e à economia solidária podem contribuir para o protagonismo juvenil, a inclusão social e o desenvolvimento territorial em contextos periféricos. Buscou-se identificar estratégias, possibilidades e limites dessas experiências, considerando suas relações com redução das desigualdades e participação social. Adotou-se abordagem dialógica e reflexiva, integrando diferentes vozes e realidades, a partir da premissa de que o fortalecimento da liderança e da organização comunitária pode contribuir para enfrentar desigualdades sociais. O estudo foi desenvolvido como revisão narrativa, articulando produções científicas e referenciais

Este artigo é publicado em acesso aberto (Open Access) sob a licença Creative Commons Atribuição 4.0 Internacional (CC-BY), que permite uso, distribuição e reprodução irrestritos em qualquer meio, desde que o autor original e a fonte sejam creditados.

teóricos sobre juventude, educação emancipatória, empreendedorismo, economia solidária e desenvolvimento territorial.

2. REFERENCIAL TEÓRICO

2.1. Juventude, desemprego estrutural e formação como estratégia de desenvolvimento territorial

A inserção da juventude no mercado de trabalho brasileiro tem sido marcada por instabilidade, informalidade e elevadas taxas de desemprego, especialmente entre jovens residentes em territórios periféricos. Dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (PNAD Contínua) indicam que a taxa de desocupação entre jovens de 18 a 24 anos permanece significativamente superior à média nacional, alcançando percentuais que, em determinados períodos recentes, superam o dobro da taxa geral de desemprego (IBGE, 2023).

Esse cenário evidencia a vulnerabilidade estrutural desse grupo etário e demonstra que a ampliação do acesso à escolarização não tem garantido inserção estável no mercado formal. Além da desocupação, a informalidade configura-se como característica marcante do trabalho juvenil, e parcela expressiva dos jovens ocupados encontra-se em vínculos precários, sem proteção social ou estabilidade contratual. Esse fenômeno se relaciona a transformações estruturais do mundo do trabalho, como flexibilização produtiva, automação e redução de postos formais, elementos que impactam de maneira mais intensa os segmentos socialmente vulneráveis.

A Organização Internacional do Trabalho (ILO, 2022) destaca que o desemprego juvenil constitui problema global persistente, agravado por crises econômicas recentes e pela reconfiguração tecnológica do mercado. No Brasil, observa-se que mesmo jovens com ensino médio completo ou cursando ensino superior enfrentam dificuldades de inserção qualificada, revelando que a formação tradicional orientada exclusivamente à empregabilidade se mostra insuficiente diante da escassez estrutural de oportunidades. Esse contexto compromete diretamente o alcance do Objetivo de Desenvolvimento Sustentável 8, especialmente quanto à meta de redução da proporção de jovens sem emprego, educação ou formação.

A permanência de elevados índices de desemprego e informalidade juvenil reforça, ao mesmo tempo, a relevância do Objetivo de Desenvolvimento Sustentável 10, uma vez que as barreiras de inserção produtiva atingem de maneira mais intensa jovens oriundos de territórios periféricos, aprofundando disparidades sociais já existentes. O empreendedorismo por necessidade tem se expandido entre jovens que buscam alternativas de geração de renda.

Este artigo é publicado em acesso aberto (Open Access) sob a licença Creative Commons Atribuição 4.0 Internacional (CC-BY), que permite uso, distribuição e reprodução irrestritos em qualquer meio, desde que o autor original e a fonte sejam creditados.

Contudo, quando desvinculado de formação técnica, planejamento coletivo e redes de cooperação, tende a reproduzir instabilidade e fragilidade econômica. A literatura sobre economia solidária e cooperativismo aponta que iniciativas baseadas na autogestão e na colaboração apresentam maior potencial de sustentabilidade quando articuladas a processos formativos estruturados (Sistema OCB, 2024).

Considerando o eixo à luz da relação problema–estratégia–competência–repercussão, observa-se que o desemprego estrutural, a informalidade e a baixa inserção qualificada configuram o problema central enfrentado pela juventude periférica. Frente a essa perspectiva, processos formativos que articulam formação técnica e educação crítica constituem estratégia mais consistente do que respostas emergenciais e individualizadas, por desenvolverem competências de planejamento, gestão de recursos, cooperação e leitura crítica do contexto socioeconômico.

A repercussão territorial esperada é a redução da vulnerabilidade econômica e o fortalecimento de trajetórias profissionais mais estáveis e coletivamente sustentadas. Essa distinção evidencia-se ao comparar o empreendedorismo por necessidade à economia solidária como respostas ao mesmo problema estrutural. A sequência desemprego/informalidade–empreendedorismo por necessidade pode ampliar a precarização individual, sobretudo quando iniciativas isoladas carecem de planejamento, crédito e redes de apoio. Em contrapartida, a articulação entre formação, planejamento, redes e cooperação pode favorecer o empreendedorismo social e a economia solidária, ampliando a sustentabilidade coletiva, compartilhando conhecimentos, diluindo riscos e fortalecendo mecanismos de comercialização e financiamento.

A compreensão do desemprego juvenil como expressão de desigualdades estruturais permite problematizar abordagens que atribuem exclusivamente aos indivíduos a responsabilidade por sua inserção profissional. Nesse sentido, a formação para o trabalho precisa ser compreendida para além do desenvolvimento de competências técnicas e comportamentais, incorporando a análise crítica das condições econômicas, sociais e territoriais que delimitam as oportunidades de inserção produtiva.

Tommasi e Corrochano (2020) problematizam a transição das políticas de qualificação profissional para aquelas orientadas ao empreendedorismo, contribuindo para a reflexão sobre os limites de estratégias que responsabilizam os jovens pela criação de suas próprias oportunidades diante de um mercado de trabalho marcado por desigualdades estruturais. A qualificação profissional, quando desvinculada das condições concretas de acesso ao emprego,

Este artigo é publicado em acesso aberto (Open Access) sob a licença Creative Commons Atribuição 4.0 Internacional (CC-BY), que permite uso, distribuição e reprodução irrestritos em qualquer meio, desde que o autor original e a fonte sejam creditados.

à renda e à proteção social, pode apresentar alcance limitado diante da insuficiência de postos de trabalho e da precarização das relações laborais.

Assim, a formação de jovens em contextos periféricos demanda estratégias que articulem conhecimentos técnicos, capacidade de organização coletiva e compreensão crítica do território, de modo que os processos educativos contribuam não apenas para a inserção no mercado, mas também para a ampliação da autonomia e da participação dos sujeitos no desenvolvimento local.

Sob essa perspectiva, a economia solidária e o cooperativismo constituem possibilidades de organização econômica que deslocam o foco da competição individual para a cooperação, a autogestão e a construção compartilhada de alternativas de geração de trabalho e renda. Entretanto, seu potencial de transformação depende da existência de processos formativos consistentes, redes de apoio, acesso a recursos e condições institucionais que favoreçam a continuidade das iniciativas.

Essa formação também envolve o desenvolvimento da liderança juvenil e da participação cidadã, dimensões que, conforme Caliman *et al*. (2020), podem contribuir para a construção de relações mais participativas e para o fortalecimento do protagonismo dos jovens no espaço escolar e social. A formação, portanto, assume uma dimensão estratégica no desenvolvimento territorial ao favorecer a mobilização de capacidades individuais e coletivas para enfrentar problemas socialmente produzidos, fortalecer vínculos comunitários e ampliar as possibilidades de participação econômica da juventude.

Em articulação com essa perspectiva, Tommasi e Corrochano (2020) permitem problematizar a centralidade atribuída ao empreendedorismo nas políticas de juventude, reforçando a necessidade de considerar as condições sociais e institucionais que viabilizam ou limitam as iniciativas juvenis. Essa articulação permite compreender o desenvolvimento territorial não apenas como crescimento econômico, mas como processo de ampliação das oportunidades, redução das desigualdades e fortalecimento da capacidade coletiva de organização, em consonância com os propósitos dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável 8 e 10.

3. METODOLOGIA

3.1. Revisão Narrativa

O presente trabalho consiste em uma revisão narrativa da literatura, apoiada em levantamento bibliográfico exploratório realizado na base *SciELO*, orientada pela intenção de articular diferentes perspectivas teóricas sobre juventude, educação emancipatória,

Este artigo é publicado em acesso aberto (Open Access) sob a licença Creative Commons Atribuição 4.0 Internacional (CC-BY), que permite uso, distribuição e reprodução irrestritos em qualquer meio, desde que o autor original e a fonte sejam creditados.

empreendedorismo e economia solidária. Por meio da análise da literatura, buscou-se compreender como processos de formação juvenil em territórios periféricos podem contribuir para o fortalecimento do protagonismo, da liderança comunitária e da organização coletiva, em articulação com o desenvolvimento territorial sustentável.

Realizou-se uma busca por artigos que se dedicaram à temática no banco de dados da SciELO, aplicando-se os seguintes filtros: i) trabalhos publicados entre 2018 e 2026, cuja composição fosse de um artigo científico, excluindo-se teses e dissertações; ii) em qualquer área temática; iii) em língua portuguesa, publicados no Brasil. Foram utilizados os descritores: “Educação Emancipatória”, “Juventude”, “Empreendedorismo” e “Economia Solidária”. A busca foi realizada no mês de agosto de 2026; não houve critério de exclusão, devido ao baixo número de artigos encontrados que conjugassem os marcadores quando combinados. Foram realizadas a leitura dos títulos e resumos e a leitura integral dos trabalhos encontrados.

Quando a entrada foi realizada com os descritores isoladamente, obtiveram-se os seguintes resultados: 39 artigos para o descritor “Educação Emancipatória”; 324 para “Juventude”; 198 para “Empreendedorismo”; e 46 para “Economia Solidária”. Passou-se, então, às combinações “Juventude” *AND* “Empreendedorismo” *AND* “Economia Solidária” *AND* “Educação Emancipatória”; “Juventude” *AND* “Economia Solidária” *AND* “Educação Emancipatória”; “Educação Emancipatória” *AND* “Empreendedorismo”; “Educação Emancipatória” *AND* “Economia Solidária”. Não foram encontrados trabalhos que conjugassem os descritores. Apenas nas combinações “Educação Emancipatória” *AND* “Juventude” e “Educação Emancipatória” *AND* “Economia Solidária”, apareceu, em ambas as buscas, o artigo de Cris Fernández Andrada e Egeu Gómez Esteves “Paul Singer: uma vida de luta e de trabalho pelo socialismo e pela participação democrática” (Andrada; Esteves, 2018).

Apenas com a combinação dos descritores “Juventude” *AND* “Empreendedorismo” encontraram-se cinco artigos. São eles: Maria Carla Corrochano e Felipe de Souza Tarábola: “Qual empreendedorismo? Experiências, percepções e reflexividade de jovens nas periferias” (Corrochano; Tarábola, 2026); Graziela Ferreira de Souza, Michelle Fernandes de Lima e Marisa Schnekenberg: “Os interesses do capital presentes na educação pública paranaense” (Souza; Lima; Schnekenberg, 2025); Luís Paulo Bresciani, Maria Carla Corrochano e Maria Eduarda Raymundo Nogueira: “Mapa de políticas públicas para a juventude e o trabalho na cidade de São Paulo: uma perspectiva contemporânea” (Bresciani; Corrochano; Nogueira, 2023); Ludmila Costhek Abílio: “Uberização e Juventude Periférica: Desigualdades, autogerenciamento e novas formas de controle do trabalho” (Abílio, 2020); Livia de Tommasi e Maria Carla Corrochano: “Do

Este artigo é publicado em acesso aberto (Open Access) sob a licença Creative Commons Atribuição 4.0 Internacional (CC-BY), que permite uso, distribuição e reprodução irrestritos em qualquer meio, desde que o autor original e a fonte sejam creditados.

qualificar ao empreender: políticas de trabalho para jovens no Brasil" (Tommasi; Corrochano, 2020).

A revisão narrativa se mostra particularmente pertinente ao presente estudo, uma vez que o objeto de análise envolve conceitos de natureza interdisciplinar, isto é, juventude, educação emancipatória, empreendedorismo e economia solidária, que não se apresentam necessariamente integrados em um único campo teórico ou conjunto de produções. Assim, a opção pela revisão narrativa justifica-se pela necessidade de ultrapassar a descrição dos estudos localizados e construir uma leitura interpretativa capaz de relacionar diferentes aportes teóricos à problemática da formação juvenil em territórios periféricos, considerando suas possíveis contribuições para o protagonismo, a liderança comunitária, a organização coletiva e o desenvolvimento territorial sustentável.

A busca realizada na base *SciELO*, mediante a utilização de descritores e critérios previamente definidos, permitiu dimensionar a produção existente e, sobretudo, verificar a presença, a ausência ou a limitada articulação entre os diferentes eixos temáticos que orientam a investigação. Os resultados encontrados evidenciam, por exemplo, uma produção mais expressiva quando os descritores são considerados isoladamente, enquanto as combinações entre juventude, empreendedorismo, economia solidária e educação emancipatória apresentam número reduzido ou inexistente de trabalhos.

Pontua-se que o levantamento exploratório não se configura, na perspectiva assumida, como método sistemático de seleção das evidências. Antes se assume como característica deste artigo a natureza narrativa, teórico-reflexiva e interdisciplinar da revisão, valendo-se de literatura obtida pelo levantamento, como a literatura clássica e órgãos que têm se dedicado a estudar e discutir as questões relativas à juventude.

4. RESULTADOS E DISCUSSÃO

4.1. Educação emancipatória para a transformação da juventude periférica

A educação crítica e emancipatória, conforme proposta por Freire (2020), constitui-se como um dos pilares fundamentais para compreender de que maneira o ensino pode ultrapassar a simples transmissão de conteúdos e assumir o papel de instrumento de transformação social e política. Para o autor, a prática pedagógica não se restringe a um ensino passivo, em que o estudante apenas "guarda" informações como se fosse um cofre a ser preenchido; ao contrário, deve favorecer o diálogo, a reflexão investigativa e a ação crítica.

Este artigo é publicado em acesso aberto (Open Access) sob a licença Creative Commons Atribuição 4.0 Internacional (CC-BY), que permite uso, distribuição e reprodução irrestritos em qualquer meio, desde que o autor original e a fonte sejam creditados.

Nesse sentido, a educação configura-se como processo de libertação, especialmente para sujeitos historicamente marginalizados, como jovens de comunidades periféricas. Contudo, sua dimensão emancipatória não se concretiza apenas pela transmissão de conhecimentos, exigindo o questionamento das estruturas sociais que reproduzem desigualdades e limitam oportunidades. A partir do conceito de “conscientização”, compreende-se que a educação não é neutra nem meramente técnica, por estar atravessada por relações de poder e disputas sobre quais conhecimentos são legitimados. Assim, a conscientização ultrapassa a dimensão cognitiva, permitindo reconhecer desigualdades, mecanismos de opressão e contradições sociais, criando condições para a participação crítica e a transformação coletiva.

Esse processo concretiza-se por meio da práxis, entendida como articulação entre reflexão e ação transformadora. Costa (2020) destaca a relevância dos espaços não formais de educação no fortalecimento da consciência crítica juvenil e no estímulo ao engajamento em práticas sociais transformadoras. Isso pode ser constatado em oficinas, rodas de conversa, dinâmicas colaborativas, entre outras práticas que se constituem em estratégias capazes de ampliar a compreensão do jovem como agente de mudança social e de favorecer a construção de laços de confiança, solidariedade, cooperação, bem como de fortalecer o sentimento de pertencimento e responsabilidade coletiva.

Ferreira (2022) observa que a pedagogia social reconhece o protagonismo juvenil como elemento central na formação de identidades coletivas emergentes. O protagonismo não se limita ao exercício de liderança individual, mas refere-se à capacidade de atuação crítica, criativa e solidária na construção de alternativas para os desafios territoriais. Quando articulada à perspectiva trazida por Paulo Freire, a pedagogia social consolida práticas fundamentadas na escuta ativa, no diálogo horizontal e na valorização das experiências comunitárias. Nessa perspectiva, o jovem é reconhecido como sujeito político, com voz ativa e capacidade de mobilização coletiva. Tal compreensão supera visões reducionistas que tratam a juventude como etapa transitória ou grupo social em formação, reconhecendo-a como ator capaz de intervir nos âmbitos social, cultural e institucional.

Essa abordagem dialoga com a perspectiva das Epistemologias do Sul, atribuída a Santos (2000), ao reconhecer a legitimidade dos saberes produzidos em contextos periféricos e marginalizados. Nessa direção, experiências juvenis constituem formas de conhecimento e inovação social, e não apenas relatos individuais; por meio da inovação solidária, evidenciam a capacidade de criar respostas com recursos limitados, articulando criatividade, colaboração e conhecimentos locais, frequentemente mobilizados por coletivos juvenis como estratégias de resistência e reorganização comunitária. A discussão sobre o capital social demonstra a

Este artigo é publicado em acesso aberto (Open Access) sob a licença Creative Commons Atribuição 4.0 Internacional (CC-BY), que permite uso, distribuição e reprodução irrestritos em qualquer meio, desde que o autor original e a fonte sejam creditados.

importância das redes de confiança e reciprocidade para o fortalecimento comunitário, ao destacar o voluntariado estruturado pedagogicamente como espaço de formação social e política. A articulação desses referenciais permite compreender a juventude periférica como produtora de conhecimento e agente coletivo, podendo fortalecer o pensamento crítico, pertencimento, participação comunitária e capacidade de intervenção nos territórios.

4.2. Juventude e transformação social: o papel da formação na construção de lideranças comunitárias

Iniciativas contemporâneas de formação híbrida em liderança e empreendedorismo social indicam que processos pedagógicos contínuos podem favorecer lideranças comprometidas com o desenvolvimento territorial. Entretanto, persistem tensões entre modelos orientados prioritariamente ao mercado de trabalho e propostas voltadas à cidadania ativa e à transformação social. Nesse contexto, o fortalecimento do capital social e das redes cooperativas constitui elemento relevante para políticas públicas de emancipação juvenil e desenvolvimento local.

A descontinuidade das ações formativas, frequentemente restritas a projetos pontuais, limita sua capacidade de produzir mudanças duradouras nos territórios. Metodologias participativas e mentorias entre pares podem desenvolver competências como mediação de conflitos, decisão coletiva, comunicação e articulação de redes. Contudo, a liderança juvenil não se reduz à aquisição individual de competências: depende de oportunidades concretas de participação, vínculos, confiança e acesso a recursos territoriais. Assim, espaços comunitários podem fortalecer pertencimentos e reciprocidades, ampliar a mobilização do capital social e favorecer a construção coletiva de soluções, contribuindo para processos sustentáveis de desenvolvimento territorial.

Nesse sentido, a formação de lideranças demanda ambientes nos quais os jovens possam exercer a participação, assumir responsabilidades e experimentar processos coletivos de decisão, articulando o desenvolvimento de competências pessoais à construção de vínculos sociais e comunitários. Estudos recentes indicam que estruturas de apoio, relações interpessoais fortalecidas, parcerias institucionais e oportunidades efetivas de liderança constituem elementos importantes para o desenvolvimento do capital social juvenil (Boat *et al.*, 2024).

Nessa perspectiva, a mentoria pode assumir função estratégica, sobretudo quando integrada a processos formativos de maior duração e vinculada às experiências concretas dos jovens em seus territórios. Mais do que transmitir conhecimentos ou orientar trajetórias individuais, relações de mentoria podem favorecer o desenvolvimento da agência, da

Este artigo é publicado em acesso aberto (Open Access) sob a licença Creative Commons Atribuição 4.0 Internacional (CC-BY), que permite uso, distribuição e reprodução irrestritos em qualquer meio, desde que o autor original e a fonte sejam creditados.

autoconfiança e da capacidade de mobilizar relações e recursos para alcançar objetivos compartilhados. A formação de lideranças comunitárias passa, portanto, pela criação de condições para que os jovens não sejam compreendidos apenas como beneficiários das ações, mas como sujeitos capazes de identificar problemas, construir alternativas e participar da transformação das realidades em que estão inseridos. Essa perspectiva contribui para deslocar a formação de uma lógica predominantemente instrumental para uma compreensão da formação como processo de participação, autonomia e construção coletiva (Comfort, 2024).

4.3. Juventude, economia solidária e construção de alternativas territoriais

A consolidação de processos formativos voltados à juventude periférica não pode ser compreendida de maneira isolada das dinâmicas econômicas contemporâneas. A reestruturação produtiva, a intensificação da informalidade e a precarização das relações de trabalho impactam de forma mais intensa os segmentos juvenis socialmente vulneráveis. Conforme dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (2023), a juventude brasileira enfrenta taxas de desocupação significativamente superiores à média nacional, o que evidencia que o aumento da escolarização, embora relevante, não tem sido suficiente para assegurar inserção estável no mercado formal.

Nesse cenário, a economia solidária emerge como alternativa capaz de articular geração de renda, organização coletiva e desenvolvimento territorial. Diferentemente do empreendedorismo individual por necessidade, frequentemente marcado por instabilidade e baixa sustentabilidade, o cooperativismo propõe modelos de gestão baseados na autogestão, na cooperação e na distribuição equitativa dos resultados. O Sistema OCB (2024) destaca que iniciativas cooperativas apresentam maior capacidade de permanência quando articuladas a processos formativos estruturados, especialmente em territórios marcados por desigualdades históricas.

Essa perspectiva dialoga diretamente com o Objetivo de Desenvolvimento Sustentável 8 (Trabalho Decente e Crescimento Econômico), ao promover formas de geração de renda pautadas na dignidade do trabalho e na valorização da participação coletiva. Ao mesmo tempo, contribui para o Objetivo de Desenvolvimento Sustentável 10 (Redução das Desigualdades), ao criar oportunidades econômicas em territórios historicamente excluídos das dinâmicas produtivas formais.

A juventude periférica, ao se engajar em experiências cooperativas, não apenas amplia suas possibilidades de inserção produtiva, mas também fortalece vínculos comunitários e redes de solidariedade. Tal movimento dialoga diretamente com a teoria do capital social, na qual a

Este artigo é publicado em acesso aberto (Open Access) sob a licença Creative Commons Atribuição 4.0 Internacional (CC-BY), que permite uso, distribuição e reprodução irrestritos em qualquer meio, desde que o autor original e a fonte sejam creditados.

confiança, a reciprocidade e a participação associativa constituem recursos fundamentais para o desenvolvimento democrático e econômico. Ao integrar jovens em redes cooperativas, promove-se simultaneamente a construção de capital social horizontal (entre pares) e vertical (com instituições públicas e privadas), fortalecendo também o Objetivo de Desenvolvimento Sustentável 17 (Parcerias e Meios de Implementação), ao consolidar alianças estratégicas para o desenvolvimento local.

Além disso, a economia solidária pode favorecer processos de aprendizagem coletiva. A gestão compartilhada, a tomada de decisões participativa e a resolução colaborativa de conflitos configuram-se como espaços formativos que desenvolvem competências socioemocionais e políticas. Sob essa perspectiva, a formação não se restringe à aquisição de habilidades técnicas, mas envolve a formação de sujeitos críticos e comprometidos com o desenvolvimento de seus territórios.

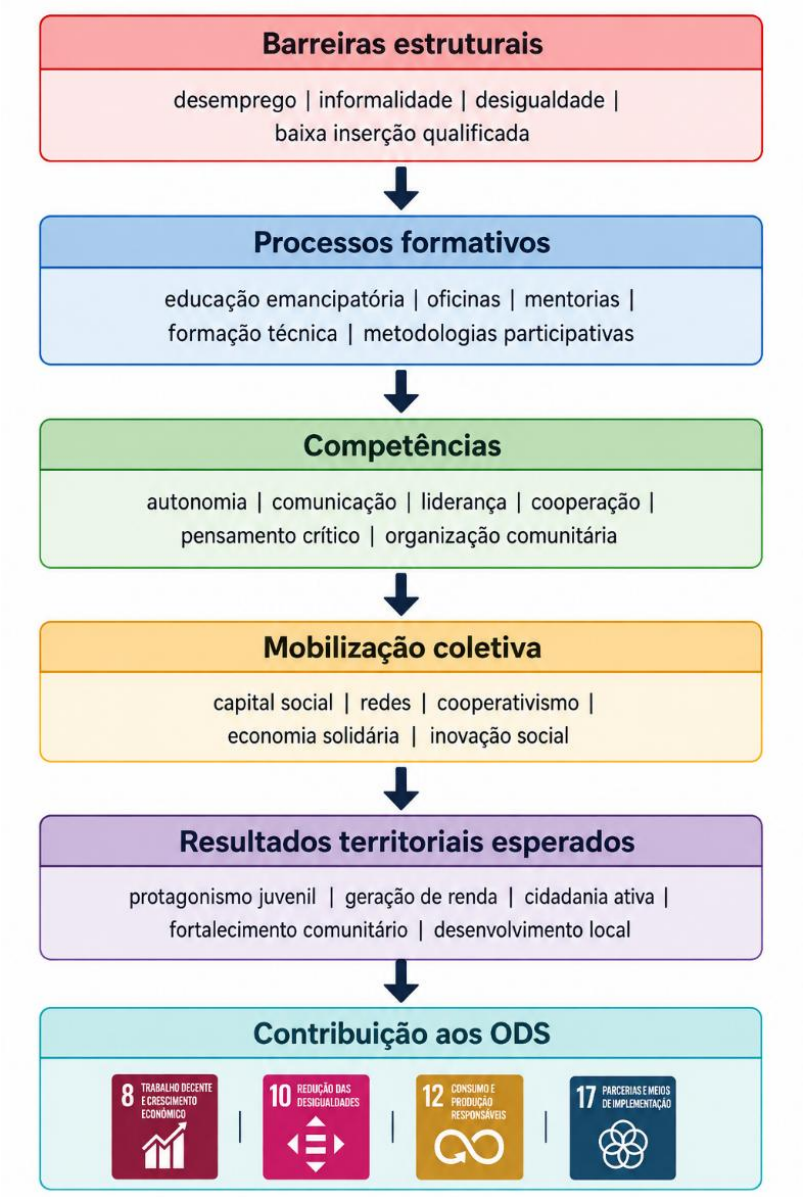
A promoção de práticas cooperativas também se aproxima do Objetivo de Desenvolvimento Sustentável 12 (Consumo e Produção Responsáveis), na medida em que incentiva modelos produtivos comprometidos com a sustentabilidade social e ambiental, valorizando recursos locais e estimulando ciclos econômicos mais conscientes e solidários.

Assim, a articulação entre juventude, economia solidária e organização cooperativa revela-se estratégia consistente de enfrentamento das desigualdades estruturais, de fortalecimento comunitário e de territorialização dos compromissos assumidos na Agenda 2030, conectando metas globais às realidades concretas dos territórios periféricos.

A síntese das relações entre barreiras estruturais, processos formativos, competências desenvolvidas, mobilização coletiva e resultados territoriais é apresentada na Figura 1, que integra os principais achados discutidos e encontrados nesta revisão.

Este artigo é publicado em acesso aberto (Open Access) sob a licença Creative Commons Atribuição 4.0 Internacional (CC-BY), que permite uso, distribuição e reprodução irrestritos em qualquer meio, desde que o autor original e a fonte sejam creditados.

Figura 1. Modelo conceitual da formação juvenil para fortalecimento do protagonismo e desenvolvimento territorial em contextos periféricos



Fonte: Elaboração própria (2026).

Conforme sintetizado na Figura 1, o enfrentamento das barreiras estruturais depende da articulação sequencial entre processos formativos, desenvolvimento de competências, mobilização coletiva e resultados territoriais, evidenciando que a formação juvenil não deve ser compreendida como intervenção isolada, mas como parte de um sistema interdependente de

Este artigo é publicado em acesso aberto (Open Access) sob a licença Creative Commons Atribuição 4.0 Internacional (CC-BY), que permite uso, distribuição e reprodução irrestritos em qualquer meio, desde que o autor original e a fonte sejam creditados.

fatores que convergem, em última instância, para o avanço dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável 8, 10, 12 e 17.

4.4. Protagonismo juvenil e inovação social em contextos periféricos

A inovação social tem sido compreendida como a criação de soluções novas ou significativamente aprimoradas para problemas sociais, capazes de gerar valor coletivo e transformação estrutural. Diferentemente da inovação tecnológica tradicional, centrada em mercados e competitividade, a inovação social enfatiza processos colaborativos, saberes locais e impacto comunitário.

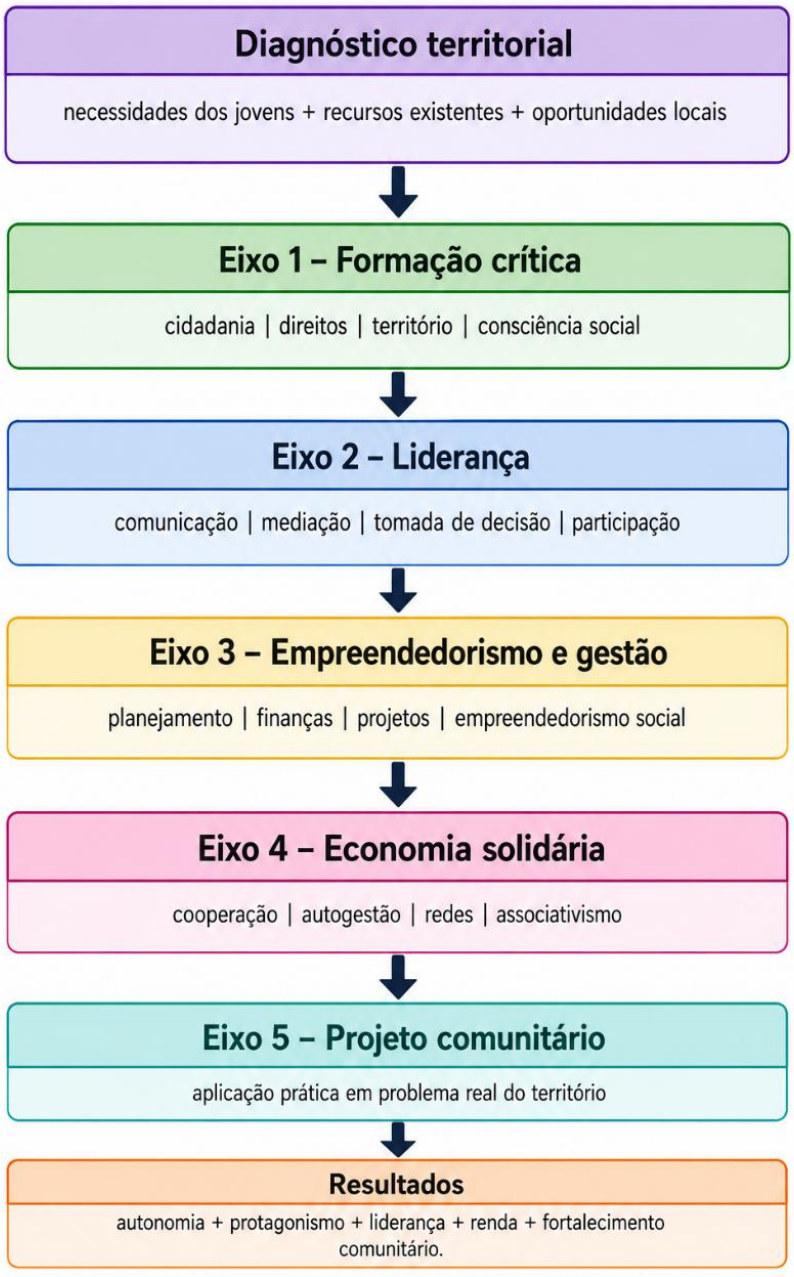
Nos territórios periféricos, a juventude tem protagonizado experiências inovadoras que articulam cultura, educação, economia e mobilização política. Iniciativas vinculadas a coletivos culturais, movimentos comunitários e redes colaborativas revelam que a escassez de recursos não impede a criatividade social; ao contrário, frequentemente estimula respostas frugais e solidárias.

Esse movimento encontra respaldo na perspectiva das Epistemologias do Sul de Santos (2000), ao reconhecer a legitimidade dos saberes produzidos em contextos marginalizados. Valorizar experiências juvenis periféricas como produção de conhecimento desloca a interpretação desses territórios da lógica da carência para a análise de suas capacidades e recursos sociais. A iniciativa AfroGames, descrita pelo AfroReggae (2025) e vinculada ao Grupo Cultural AfroReggae, exemplifica essa perspectiva ao articular tecnologia, inclusão e competências profissionais. Entretanto, seu potencial emancipatório depende de condições institucionais que permitam transformar capacidades individuais em oportunidades coletivas, evitando que a formação seja utilizada como resposta isolada a desigualdades estruturais.

Corrêa (2024), ao analisar lideranças de favelas no G20, evidencia que a inserção em espaços decisórios pode ampliar a visibilidade das pautas periféricas, mas não garante sua incorporação institucional. Com base na articulação dos referenciais identificados na literatura analisada, propõe-se, neste estudo, uma estrutura processual para programas de formação juvenil, que deve partir do diagnóstico territorial e articular formação crítica, liderança, empreendedorismo, gestão, economia solidária e projeto comunitário aplicado, conectando competências individuais, redes sociais e recursos territoriais à capacidade coletiva de produzir mudanças sustentáveis. A Figura 2 sintetiza essa proposta de estrutura processual.

Este artigo é publicado em acesso aberto (Open Access) sob a licença Creative Commons Atribuição 4.0 Internacional (CC-BY), que permite uso, distribuição e reprodução irrestritos em qualquer meio, desde que o autor original e a fonte sejam creditados.

Figura 2. Estrutura de um programa de formação juvenil articulado à literatura revisada



Fonte: Elaboração própria (2026), com base na literatura analisada.

Apesar do potencial desse modelo e das descrições de práticas pedagógicas, assim como das análises conceituais do protagonismo juvenil, observou-se que ainda são incipientes as pesquisas empíricas que avaliam sistematicamente os efeitos de programas estruturados de

Este artigo é publicado em acesso aberto (Open Access) sob a licença Creative Commons Atribuição 4.0 Internacional (CC-BY), que permite uso, distribuição e reprodução irrestritos em qualquer meio, desde que o autor original e a fonte sejam creditados.

formação sobre a autonomia econômica, a permanência de lideranças comunitárias e a sustentabilidade de iniciativas de economia solidária. Essa lacuna limita a formulação de recomendações baseadas em evidências e reforça a necessidade de estudos longitudinais e avaliações de impacto em contextos periféricos brasileiros.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A análise dos referenciais e experiências selecionados sugere que a formação juvenil em territórios periféricos pode ampliar seu potencial transformador quando articulada à educação crítica, participação comunitária, liderança e organização coletiva, superando uma formação restrita à inserção no mercado. Essa articulação conecta competências individuais às redes, recursos e oportunidades existentes no território. Entretanto, desemprego, informalidade e desigualdade de oportunidades indicam que processos formativos, isoladamente, não enfrentam as determinações estruturais da vulnerabilidade. Nesse sentido, políticas públicas, redes comunitárias e modelos cooperativos podem contribuir para transformar capacidades desenvolvidas em processos coletivos sustentáveis. Permanecem necessárias investigações empíricas sobre efeitos na autonomia econômica, liderança e desenvolvimento territorial.

REFERÊNCIAS

ABÍLIO, Ludmila Costhek. Uberização e juventude periférica: desigualdades, autogerenciamento e novas formas de controle do trabalho. *Novos Estudos CEBRAP*, São Paulo, v. 39, n. 3, p. 579-597, 2020. DOI: https://doi.org/10.25091/S01013300202000030008. Disponível em: https://doi.org/10.25091/S01013300202000030008. Acesso em: 8 out. 2026.

AFROREGGAE. *AfroGames*. Rio de Janeiro: Grupo Cultural AfroReggae, 2025. Disponível em: https://afroreggae.org/afrogames/. Acesso em: 3 out. 2026.

ANDRADA, Cris Fernández; ESTEVES, Egeu Gómez. Paul Singer: uma vida de luta e de trabalho pelo socialismo e pela participação democrática. *Estudos Avançados*, São Paulo, v. 32, n. 93, p. 373-399, 2018. DOI: https://doi.org/10.5935/0103-4014.20180051. Disponível em: https://doi.org/10.5935/0103-4014.20180051. Acesso em: 8 out. 2026.

BOAT, Ashley A.; POPARAD, Heather; SEWARD, Miray D.; SCALES, Peter C.; SYVERTSEN, Amy K. The role of organized activities in supporting youth social capital development: a qualitative meta-synthesis. *Adolescent Research Review*, v. 9, n. 3, p. 543-562, 2024. DOI: https://doi.org/10.1007/s40894-024-00235-1. Disponível em: https://doi.org/10.1007/s40894-024-00235-1. Acesso em: 8 out. 2026.

BRESCIANI, Luís Paulo; CORROCHANO, Maria Carla; NOGUEIRA, Maria Eduarda Raymundo. Mapa de políticas públicas para a juventude e o trabalho na cidade de São Paulo: uma perspectiva contemporânea. *Cadernos Gestão Pública e Cidadania*, São Paulo, v. 28, e84763,

Este artigo é publicado em acesso aberto (Open Access) sob a licença Creative Commons Atribuição 4.0 Internacional (CC-BY), que permite uso, distribuição e reprodução irrestritos em qualquer meio, desde que o autor original e a fonte sejam creditados.

2023. DOI: https://doi.org/10.12660/cgpc.v28.84763. Disponível em: https://doi.org/10.12660/cgpc.v28.84763. Acesso em: 8 out. 2026.

CALIMAN, Geraldo; GUIMARÃES-IOSIF, Ranilce Mascarenhas; LUCENA, José Ivaldo Araujo de; SANTOS, Vanildes Gonçalves dos. Liderança juvenil e cidadania global: alternativas para a construção de paz em uma escola pública. *Ensaio: Avaliação e Políticas Públicas em Educação*, Rio de Janeiro, v. 28, n. 108, 2020. DOI: https://doi.org/10.1590/S0104-40362020002802047. Disponível em: https://doi.org/10.1590/S0104-40362020002802047. Acesso em: 8 out. 2026.

COMFORT, Catherine. Mentoring, social capital and young people. *International Journal of Evidence Based Coaching and Mentoring*, v. 22, n. 2, p. 38-52, 2024. DOI: https://doi.org/10.24384/1ttg-gt35. Disponível em: https://doi.org/10.24384/1ttg-gt35. Acesso em: 8 out. 2026.

CORRÊA, Douglas. Lideranças de favelas discutem propostas para apresentar ao G20. *Agência Brasil*, 24 ago. 2024. Disponível em: https://agenciabrasil.ebc.com.br/geral/noticia/2024-08/liderancas-de-favelas-discutem-propostas-para-apresentar-ao-g20. Acesso em: 3 out. 2026.

CORROCHANO, Maria Carla; TARÁBOLA, Felipe de Souza. Qual empreendedorismo? Experiências, percepções e reflexividade de jovens nas periferias. *Cadernos CEDES*, Campinas, v. 46, e300414, 2026. DOI: https://doi.org/10.1590/CC300414. Disponível em: https://doi.org/10.1590/CC300414. Acesso em: 8 out. 2026.

COSTA, A. C. G. *Educação não formal e protagonismo juvenil*. Brasília: UnB, 2020.

FERREIRA, Arthur Vianna (org.). *Pedagogia social*: da indignação à emancipação. Rio de Janeiro: Autografia, 2022.

FREIRE, Paulo. *Pedagogia do oprimido*. 68. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2020.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). *Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua*: PNAD Contínua. Rio de Janeiro: IBGE, 2023. Disponível em: https://www.ibge.gov.br/estatisticas/sociais/trabalho/9171-pesquisa-nacional-por-amostra-de-domicilios-continua-mensal.html. Acesso em: 3 out. 2026.

INTERNATIONAL LABOUR ORGANIZATION (ILO). *Global employment trends for youth 2022*: investing in transforming futures for young people. Geneva: ILO, 2022. DOI: https://doi.org/10.54394/QSMU1809. Disponível em: https://doi.org/10.54394/QSMU1809. Acesso em: 8 out. 2026.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS (ONU). *Transformando nosso mundo*: a Agenda 2030 para o desenvolvimento sustentável. New York: ONU, 2015. Disponível em: https://brasil.un.org/pt-br/91863-agenda-2030-para-o-desenvolvimento-sustent%C3%A1vel. Acesso em: 3 out. 2026.

PROGRAMA DAS NAÇÕES UNIDAS PARA O DESENVOLVIMENTO (PNUD). *Objetivos de Desenvolvimento Sustentável*. Brasília, DF: PNUD Brasil, [s. d.]. Disponível em: https://www.undp.org/pt/brazil/objetivos-de-desenvolvimento-sustentavel. Acesso em: 3 out. 2026.

SANTOS, Boaventura de Sousa. *A crítica da razão indolente*: contra o desperdício da experiência. São Paulo: Cortez, 2000.

Este artigo é publicado em acesso aberto (Open Access) sob a licença Creative Commons Atribuição 4.0 Internacional (CC-BY), que permite uso, distribuição e reprodução irrestritos em qualquer meio, desde que o autor original e a fonte sejam creditados.

SISTEMA OCB. *Panorama do cooperativismo brasileiro*. Brasília, DF: Organização das Cooperativas Brasileiras, 2024.

SOUZA, Graziela Ferreira de; LIMA, Michelle Fernandes de; SCHNEKENBERG, Marisa. Os interesses do capital presentes na educação pública paranaense. *Educar em Revista*, Curitiba, v. 41, e94849, 2025. DOI: https://doi.org/10.1590/1984-0411.94849. Disponível em: https://doi.org/10.1590/1984-0411.94849. Acesso em: 8 out. 2026.

TOMMASI, Livia de; CORROCHANO, Maria Carla. Do qualificar ao empreender: políticas de trabalho para jovens no Brasil. *Estudos Avançados*, São Paulo, v. 34, n. 99, p. 353-371, 2020. DOI: https://doi.org/10.1590/S0103-4014.2020.3499.021. Disponível em: https://doi.org/10.1590/S0103-4014.2020.3499.021. Acesso em: 8 out. 2026.

Este artigo é publicado em acesso aberto (Open Access) sob a licença Creative Commons Atribuição 4.0 Internacional (CC-BY), que permite uso, distribuição e reprodução irrestritos em qualquer meio, desde que o autor original e a fonte sejam creditados.